Continuação da pág. A4

Em nota, Flávio Bolsonaro disse ser mentira que Abin tenha atuado para favorecê-lo. "Isso é um completo absurdo e mais uma tentativa de criar falsas narrativas para atacar o sobrenome Bolsonaro", afirmou.

Advogado de Jair Renan, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Admar Gonzaga disse à **Folha** que o filho mais novo de Bolsonaro "não tem nada para esconder que precise de atuação de quem quer que seja, sobretudo de forma ilegal".

Ele também classificou a apuração que envolve Jair Renan como "obra de ficção" e "narrativa que não tem pé nem cabeça". "Não foi comprado o equipamento na época do [ex-]presidente Bolsonaro. O que eu estou vendo é especulação política sobre essa questão", declarou.

Um outro caso citado de monitoramento foi o do hoje ministro da Educação, Camilo Santana (PT), que foi governador do Ceará. Trecho da decisão cita relato de que um dos policiais investigados teria sido flagrado pilotando um drone nas proximidades da casa do então governador.

No documento em que autorizou buscas e apreensão, Moraes afirma ainda ter havido monitoramento ilegal da promotora responsável pela apuração do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes.

"Ficou patente a instrumentalização da Abin para monitoramento da promotora de Justiça do Rio de Janeiro e coordenadora da força-tarefa sobre os homicídios qualificados perpetrados em desfavor da vereadora Marielle Franco e o motorista que lhe acompanhava, Anderson Gomes", escreveu Moraes.

"Os documentos elaborados sobre a autoridade pública teriam a mesma identidade visual dos apócrifos elaborados pela estrutura paralela da Abin, conforme destacado pela Polícia Federal", prosseguiu Moraes.

Não é citado na decisão o nome da promotora. As promotoras Simone Sibilio e Letícia Petriz integraram a força-tarefa de 2018 a julho de 2021.

Marielle e Anderson foram assassinados em 2018. O ex-policial militar Ronnie Lessa, acusado de ser o executor do crime, fechou um acordo de delação premiada. O caso corre em sigilo no STJ (Superior Tribunal de Justiça), e a colaboração ainda precisa ser homologada pela corte.

A ação desta quinta é um desdobramento da operação Última Milha, deflagrada em outubro de 2023 para investigar o uso do FirstMile. Nessa nova fase, o foco principal são policiais que atuavam na Abin, em especial no CIN (Centro de Inteligência Nacional), estrutura ligada ao gabinete de Ramagem na agência durante o governo Bolsonaro.

Ao todo, sete policiais federais foram alvo da ação e foram afastados dos cargos públicos.

Foram colocados em cargos de chefia no CIN servidores da agência e policiais federais próximos a Ramagem e da família Bolsonaro, o que fez com que ele fosse apelidado de "Abin paralela".

Além de Ramagem, ao menos dois agentes da PF, Marcelo Araújo Bormevet e Felipe Arlotta Freitas, são alvo das medidas desta quinta. O delegado federal Carlos Afonso Gonçalves, ex-chefe do CIN, também foi afastado do cargo.

O ex-diretor da Abin teria sido corrompido por dois oficiais da Abin que ameaçaram divulgar o uso do software espião após a agência cogitar demiti-los em um processo administrativo interno por participação em uma fraude licitatória do Exército.

Segundo a PF, as provas coletadas na primeira fase da operação mostram que "o grupo criminoso criou uma estrutura paralela na Abin e utilizou ferramentas e serviços daquela agência de inteligência do Estado para ações ilícitas, produzindo informações para uso político e midiático, para a obtenção de proveitos pessoais e até mesmo para interferir em investigações da Polícia Federal".

Direção da Abin sob Lula interferiu em investigação, diz PF

A direção da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) sob o governo Lula (PT) tentou interferir nas investigações sobre o uso do software espião FirstMile durante o governo Jair Bolsonaro (PL), diz a Polícia Federal.

No pedido que fez ao ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes para a realização de operação desta quinta (25), a PF afirma que "a direção atual da Abin realizou ações que interferiram no bom andamento da investigação".

Para a PF, houve "conluio de parte dos investigados com a atual alta gestão da Abin", que teria causado prejuízos à investigação e também à própria agência.

O órgão cita o número dois da agência, Alessandro Moretti, e diz que, em reunião com investigados, ele afirmou que a apuração sobre o caso tinha "fundo político e iria passar". Moretti é delegado da PF.

No pedido, a entidade diz que a postura de Moretti não é a esperada de um delegado que, até dezembro de 2022, ocupava a função de diretor de Inteligência da Polícia Federal.

Afirma ainda: "A reverberação das declarações da Direção da Abin, portanto, possui o condão de influir na liberdade e na percepção da gravidade dos fatos pelos investigados ao afirmar a existência de 'fundo político' aos investigados."

Com base em depoimento, a PF diz que houve, após o início das investigações, uma estratégia da direção-geral da Abin para "tentar acalmar a turma".

"A percepção equivocada da gravidade dos fatos foi devidamente impregnada pela direção atual da Abin nos investigados", diz a Polícia Federal.

"A revolta dos investigados com a progressão da investigação resultou nas seguintes ações com a atual Direção da Abin: 'Construir uma estratégia em conjunto', o 'acordo para cuidar da parte interna', bem como a 'a DG [diretoria-geral] conseguiu convencer o pessoal que há apoio lá de cima'", acrescenta trecho do relatório da PF reproduzido por Moraes.

Moretti foi número dois de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça, na Secretaria de Segurança do Distrito Federal, de 2018 a 2021, e diretor de Inteligência na PF no último ano do governo Bolsonaro.

Quando Lula indicou o delegado da PF Luiz Fernando Corrêa para o comando da Abin, o Senado atrasou sua sabatina por ele ter escolhido pessoas apontadas como bolsonaristas para a cúpula da agência, inclusive Moretti.

Ao ser sabatinado, Corrêa saiu em defesa de Moretti e disse à comissão que, "gozando da confiança do presidente, jamais correria o risco de expor qualquer governo a uma situação no mínimo constrangedora de indicar alguém que não tivesse esse status para a posição que estamos indicando".

Procurada, a Abin ainda não se manifestou.

Fabio Serapião, Bruno Boghossian, Ranier Bragon, Julia Chaib e José Marques

COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI

A Operação Vigilância Aproximada, deflagrada pela Polícia Federal nesta quinta-feira (25), é uma continuação da Operação Última Milha, que tinha sido iniciada em outubro de 2023. Elas envolvem suspeitas sobre o uso ilegal do software espião FirstMile pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência), ao longo da gestão de Alexandre Ramagem, que chefiou o órgão durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL)

FOLHA EXPLICA

Entenda apuração sobre uso de software espião em agência

PF investiga atuação de órgão de inteligência na gestão de Jair Bolsonaro

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO A operação da PF desta quinta-feira (25) teve como foco policiais que atuavam na Abin, em especial no CIN (Centro de Inteligência Nacional), estrutura criada durante a gestão Bolsonaro.

Foram expedidos mandados de busca e apreensão, incluindo contra Alexandre Ramagem, ex-diretor da agência na época em que o uso ilegal do software teria ocorrido.

Sete policiais federais foram afastados dos cargos públicos.

Entenda o que é a Abin e as suspeitas sobre o uso do FirstMile na agência.

Fachada da entrada da ABIN, no Setor Policial Sul, em Brasília Pedro Ladeira-26.out.23/Folhapress

ABIN

A Agência Brasileira de Inteligência é um órgão cujo objetivo é oferecer informações estratégicas para a Presidência da República e ministérios. Ela faz parte do SISBIN (Sistema Brasileiro de Inteligência) e foi criada em 7 de dezembro de 1999.

Segundo o site da instituição, a Abin deve ser apartidária e apolítica, além de não ser "responsável pela condução de investigações criminais".

"A ABIN tem por missão assegurar que o Executivo Federal tenha acesso a conhecimentos relativos à segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem defesa externa, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento científico-tecnológico", registra o site.

Atualmente, o diretor-geral da Abin é Luiz Fernando Corrêa, delegado aposentado da PF. A agência está vinculada à Casa Civil. Na época em que teria usado ilegalmente o software, ela estava sob o comande Ramagem e vinculada ao GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

A transferência do GSI para a Casa Civil foi feita pelo presidente Lula em março de 2023 com o objetivo de retirar a agência da responsabilidade dos militares.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA NACIONAL

O CIN (Centro de Inteligência Nacional) foi criado pelo então presidente Jair Bolsonaro em julho de 2020. A criação se deu por meio de um decreto que estabelecia novas estruturas no organograma da Abin.

Eram atribuições do CIN planejar e executar atividades relacionadas a "ameaças à segurança e à estabilidade do Estado", e assessorar sobre "atividades e políticas de segurança pública e à identificação de ameaças decorrentes de atividade criminosa".

Compuseram a nova estrutura pessoas ligadas ao clã Bolsonaro e ao então diretor da Abin, Alexandre Ramagem. Por isso, o centro foi apelidado de de Abin paralela.

O FirstMile foi adquirido e ficava "hospedado" em computadores da Diretoria de Operações de Inteligência da Abin, mas depoimentos de servidores e documentos de apurações internas do órgão, em posse da PF, mostram o uso por solicitação de pessoas ligadas ao CIN.

FIRSTMILE

O FirstMile é um software de monitoramento produzido pela empresa israelense Cognyte —antiga Santech/Grupo Verint. O programa foi usado pela Abin entre 2019 e 2021.

O software investigado permite acesso a dados de geolocalização, mas não o conteúdo dos aparelhos — ou seja, não possibilitaria que ligações ou conversas fossem grampeadas.

A operação Vigilância Aproximada investiga uma "organização criminosa que se instalou na Abin com o intuito de monitorar ilegalmente autoridades e outras pessoas" sem a devida autorização judicial.

A PF usa como prova um e-mail entre integrantes da Abin e funcionários da empresa para sustentar que o software era utilizado para invadir a rede de telefonia e acessar dados de localização.

O FirstMile foi adquirido pela Abin no governo de Michel Temer por R$ 5,7 milhões. Caio Cesar dos Santos Cruz, filho do ex-ministro do governo Bolsonaro Santos Cruz, era um dos representantes da empresa.

RAMAGEM

Alexandre Ramagem era o diretor da Abin na época em que a agência teria usado ilegalmente o software espião. Delegado da PF desde 2005, ele é deputado federal do Rio de Janeiro pelo PL e é conhecido por ser próximo da família Bolsonaro.

Como mostrou a **Folha**, Ramagem é investigado porque os monitoramentos ilegais ocorreram durante sua gestão e por supostamente ter se corrompido para evitar a divulgação de informações sobre o uso irregular do software espião durante sua gestão. Ele nega que tenha havido irregularidade durante sua gestão e disse que apenas o departamento de operações usava o sistema. Nesta quinta (25), ele negou qualquer utilização ou relação com software, bem como que tenha tido acesso a informações sobre investigações.

ALVOS DA ABIN

Na operação, a PF apura se a Abin usou dados obtidos pelo software para produzir relatórios do ministro Gilmar Mendes, do STF, e de adversários de Bolsonaro como Camilo Santana (PT), atual ministro da Educação.

Na decisão em que autorizou as buscas e apreensão, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, afirma ainda ter havido instrumentalização da Abin com monitoramento da procuradora responsável pela apuração do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes.

Além disso, a PF encontrou indícios de que a agência atuou para fornecer informações sobre investigações em andamento para Jair Renan e Flávio Bolsonaro, filhos do ex-presidente.

Pré-candidato à Prefeitura do Rio, deputado foi chefe da segurança de Bolsonaro em 2018

SÃO PAULO Deputado federal pelo PL e pré-candidato do partido à Prefeitura do Rio de Janeiro, Alexandre Ramagem foi chefe da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) no período em que monitoramentos ilegais feitos com o software FirstMile teriam ocorrido.

Delegado da PF desde 2005, Ramagem, 51, comandou a Divisão de Administração de Recursos Humanos, a de Estudos, Legislações e Pareceres e coordenou ações em eventos como a Conferência das Nações Unidas Rio+20 (2012) e a Copa do Mundo (2014).

Na Operação Lava Jato, ele integrou a equipe responsável pela investigação e inteligência de polícia judiciária, em 2017. Em uma das ações daquela época ocorreu a prisão de integrantes da cúpula da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Em 2018, assumiu a Coordenação de Recursos Humanos da Polícia Federal, como substituto. Em seguida, foi para Secretaria de Governo.

Ramagem também conduziu uma operação que gerou o primeiro relatório sobre Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) investigado por atuar em "rachadinhas" no gabinete do político na Assembleia fluminense.

O ex-diretor geral da Abin é considerado um homem de confiança da família Bolsonaro. Ele se aproximou do ex-presidente e de seus filhos em 2018, ano em que fez a segurança de Bolsonaro, então candidato a presidente.

Ramagem também é próximo do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). O filho 02 do ex-presidente teria sido um dos responsáveis por validar sua indicação ao cargo de diretor da Abin, que Ramagem assumiu em junho de 2019.

Antes de entrar no cargo, Ramagem era assessor especial da Secretaria de Governo do general Carlos Santos Cruz.

Ele saiu da Abin em março de 2022 para concorrer as eleições, tendo sido eleito deputado federal pelo PL com 59 mil votos.

Em abril de 2020, Ramagem chegou a ser escolhido pelo ex-presidente para comandar a Polícia Federal, mas teve a nomeação suspensa pelo STF.

Na época em que Bolsonaro tentou colocar Ramagem no cargo, o então ministro da Justiça Sérgio Moro acusou o ex-presidente de querer trocar a direção da PF para ter acesso a conteúdo confidencial da organização.

Também no período, a PF havia identificado Carlos como articulador de um esquema de fake news.

Bolsonaro já rebateu críticas sobre o fato de querer nomear para o comando da PF alguém que tinha relação próxima com os filhos.

"E daí? Antes de conhecer meus filhos eu conheci o Ramagem. Por isso, deve ser vetado? Devo escolher alguém amigo de quem?", afirmou Bolsonaro na época.

Em 2022, Ramagem deixou a Abin para candidatar-se à Câmara dos Deputados pelo Rio, eleito com 59 mil votos com apoio de Bolsonaro.